

## A nova diplomacia comercial brasileira

GABRIEL ASAF E ANDERSON AMENDOLA



A Política Externa brasileira está em constante mudança desde a redemocratização, seja em seu viés ideológico ou em sua área e força de atuação. Durante o período do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil experimentou, de certa forma, a remodelação de sua área de influência e o incremento de sua força no cenário internacional com a chamada política externa “ativa e altiva” viabilizada pelo ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Porém, sem abandonar suas ambições globais, o Brasil a partir de 2011 viveu um momento de introspecção das políticas estatais que é presente até hoje nos atos da presidente Dilma Rousseff. Entretanto, é perceptível uma mudança nas bases de atuação do governo do primeiro para o segundo mandato, se fazendo inexorável a comparação entre os dois períodos. Entre 2011 e 2014, o país, centrado em seus problemas internos e ainda em pleno gozo dos benefícios dos últimos anos de expansão da política externa, voltou sua atenção prioritariamente a assuntos internos em detrimento do protagonismo externo vivenciado anteriormente. Por consequência, o Brasil desacelerou o ritmo da cooperação em diversos âmbitos multilaterais – como a integração da América do Sul, com o exemplo mais palpável do Mercosul – e também bilaterais passando pela redução do número de acordos comerciais bilaterais firmados.

Entretanto, a preferência à cooperação Sul-Sul foi substancialmente mantida por se tra-

tar de um dos eixos basilares principais do viés político que sustenta a atuação externa brasileira desde 2003. A expressão brasileira no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff seguiu as diretrizes destacadas ainda por seu antecessor, que previa o cunho político-estratégico como norte das relações brasileiras com o mundo. Tal posicionamento pode ser exemplificado pelo que ficou conhecido como “paciência estratégica do Brasil para com a Argentina” ao fato daquele fazer “vista grossa” para vários percalços e desentendimentos entre os dois países visando a manutenção do apoio vizinho no tocante à estabilidade política e econômica regional e visando angariar futuros benefícios a médio e longo prazo.

A crise econômica internacional de 2008 afetou diretamente as economias emergentes, em especial do Brasil por se tratar de um grande exportador de commodities, que tiveram seus preços reduzidos como efeito da crise. A partir daí, pouco a pouco, atentou-se para a necessidade do Brasil se inserir mais amplamente nos debates globais – que, primordialmente, giravam em torno da crise econômica mundial – uma vez que, indiretamente, as decisões externas e o rumo da crise decidiriam, em partes, também o futuro da economia brasileira.

Outro fator que prejudicou uma maior participação da atuação brasileira, decorrente da crise econômica, e ocasionou um retrocesso da posição brasileira foi a dívida na ONU e na OEA que fez com que o país perdesse o direito ao voto nesses

organismos internacionais e com isso o poder e influencia de barganha nos fóruns multilaterais. A atual política externa brasileira desde o início do segundo mandato presidencial de Dilma Roussef tem adotado um caminho variante, apesar de continuar com a mesma base estrutural da tradicional diplomacia do Itamaraty. A crise econômica e o ajuste fiscal adotado pelo governo na figura de Joaquim Levy mudou o enfoque da política externa brasileira para uma série de assinaturas de acordos bilaterais de cooperação internacional na área de educação e tecnologia e em especial no incremento de acordos comerciais, como, por exemplo, os recentes tratados assinados com Irã, México, Colômbia, Suécia, Polônia e Rússia. A aproximação com a China permitirá o investimento de infraestrutura a longo prazo via Novo Banco de Desenvolvimento (vulgo Banco dos BRICS).

Faz-se notar então, que a política externa brasileira passou por uma revisão e foco na mudança do primeiro para o segundo mandato da presidente Dilma Roussef, tendo em vista o agravamento da crise no país. Em seu discurso de posse, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, já apresentava novas diretrizes para política externa tupiniquim. Alegando estimular uma maior inserção brasileira nos debates econômicos mundiais e prevendo uma saída para a crise interna através do meio externo, Vieira previa uma atuação mais comercial da diplomacia brasileira, buscando resultados mais imediatistas em detrimento da predominância do viés político-estratégico de médio e longo prazo anteriormente visto. O Chanceler Mauro Vieira é a figura que representa essa mudança no novo governo Dilma, em seu discurso de posse diz que “redobramos esforços na área do comércio internacional, buscando desenvolver ou aprimorar as relações com os mercados externos”, ou seja, fica explícito o foco na ampliação e a aplicação de uma diplomacia comercial.

Isto posto, desde março deste ano o país fechou cerca de cinco Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) – com Colômbia, Malawi, Angola, Moçambique e México –, além de negociações em andamento com Chile, Argélia, África do Sul, Tunísia, Peru e Marrocos. Não podemos esquecer também dos acordos assinados com a República Popular da China que preveem mais de R\$ 50

bilhões em investimentos no Brasil e da retomada das relações plenas com os Estados Unidos após o estremecimento das mesmas com as revelações de espionagem à presidente Dilma feitas pelo site Wikileaks em 2013.

Um outro evento que marca a atuação externa brasileira nesse período é o acordo de cooperação assinado entre o ministro Mauro Vieira e o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em junho deste ano. O acordo prevê maior atuação do Brasil e institucionaliza a participação brasileira em diversos foros da organização. Essa mudança repentina na política externa brasileira é, em adição, perceptível nos discursos, não só da presidente, mas também do ministro Joaquim Levy nos órgãos internacionais, fóruns mundiais e até mesmo em reuniões de cúpula do Mercosul e BRICS. Dilma Roussef se fez presente em todas as Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas desde sua posse. Assim, a partir de 2012 com o transbordamento da crise econômica para os países emergentes, que, em suas falas, ganhará destaque a agenda econômica. A presidente usa o fato do Brasil continuar vendo crescimento do PIB – mesmo que menor – ainda que em momento de crise para defender a reforma dos organismos internacionais – pauta que é tradicionalmente defendida desde o governo Lula objetivando proporcionar maior inclusão e voz a países emergentes visando dar maior importância para os mesmos no cenário internacional. Porém, o que antes era denominado por Dilma como “falso dilema entre incentivos econômicos e austeridade fiscal”, agora faz parte da realidade econômica e social do Brasil.

Tudo isso levou a presidente a defender pontos de vista aos quais eram ponto de inflexão até o momento, como a flexibilização do Mercosul e a necessidade de acordos econômicos de grande porte extrabloco. Além disso, a chefe do executivo defende, também na 48ª Cúpula do Mercosul que se realizou em julho deste ano, que a crise que assola os países latinos não deveria servir de estímulo para a criação de barreiras entre os países da região, mas sim para o reforço da integração e solidariedade, acenando assim com medidas liberalizantes em detrimento do tradicional cunho protecionista do país.

Tendo em vista as análises anteriormente feitas, com tudo que foi apresentado percebe-se a forte e decisiva influência da economia na política externa no caso brasileiro. Exemplificando-se tendo em vista as mudanças um tanto sutis na fala e nas ações tomadas pelo governo do país. Ações, essas, por tanto tempo ancoradas, ideologicamente – em seu sentido puro e acrítico sem pejorativismo –, em vieses político-estratégicos que agora se encontram em decaimento em função do anseio por benefícios mais imediatos à resolução da crise econômica nacional e, por consequência, o potencial abrandamento da crise política atual.

## REFERÊNCIAS

MRE. Presidência da República Federativa - Discursos. ITAMARATY. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=197&Itemid=448&lang=pt-BR&limitstart=0&filter-search=0](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=197&Itemid=448&lang=pt-BR&limitstart=0&filter-search=0)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MRE. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo. ITAMARATY. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6398:-discurso-de-sua-excelencia-o-senhor-embaixador-mauro-luiz-iecker-vieira-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6398:-discurso-de-sua-excelencia-o-senhor-embaixador-mauro-luiz-iecker-vieira-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MRE. Acordo Brasil-Angola de cooperação e facilitação de investimentos. ITAMARATY. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MRE. Acordo Brasil-Malawi de cooperação e facilitação de investimentos. ITAMARATY. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10333:acordo-brasil-malawi-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10333:acordo-brasil-malawi-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MRE. Acordo Brasil-Colômbia de cooperação e facilitação de investimentos. ITAMARATY. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/noticias/surec/integracao-regional-e-comercio-externo/brasil-fecha-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-com-a-colombia>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

Brasil e Colômbia assinam acordos para impulsionar relação. BBC. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009\\_brasil\\_colombia\\_acordos\\_rc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009_brasil_colombia_acordos_rc)>. Acesso em: 15 nov. 2015

MRE. Acordo Brasil-Colômbia de cooperação e facilitação de investimentos. ITAMARATY. Disponível em: <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lang=pt](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000400003&lang=pt)>. Acesso em: 15 nov. 2015

BRASIL. Brasil Assina acordo e aprofunda relações com OCDE. PLANALTO. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/em-paris-brasil-assina-acordo-e-aprofunda-relacoes-com-ocde>>. Acesso em: 15 nov. 2015.